



PREFEITURA DE PALMEIRAS- GO

*Motorista De Ambulância, Motorista - Veículo Leve
E Motorista – Veículo Pesado*

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos	1
Noções de fonética	2
Conhecimento da língua: ortografia /acentuação gráfica.	3
Classe de palavras: substantivo: classificação/ flexão/ grau. Adjetivo: classificação/ flexão/grau. Artigo: flexão e classificação. Numeral: classificação e flexão. Pronomes: colocação dos pronomes oblíquos, átonos. Verbo: emprego de tempos e modos. Preposição e conjunção: classificação e emprego. Advérbio: classificação e emprego. Interjeição: valor semântico da interjeição	6
Estrutura e formação das palavras.....	13
Exercícios	17
Gabarito.....	28

MATEMÁTICA

Sistema de numeração.....	1
Operações com números naturais, decimais e fracionários.....	2
Conjuntos	12
Expressão numérica e algébrica	20
MMC e MDC.....	24
Potenciação.....	27
Razão. Proporção.....	28
Regra de três.....	31
Porcentagem e Juros simples	33
Equações do 1o Grau.....	36
Estatística básica.....	38
Medidas de Comprimento e Superfície. Medidas de volume e Capacidade. Medida de Massa	40
Noções de lógica	42
Exercícios	48
Gabarito.....	54

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS GERAIS

História, geografia, política, riquezas, economia, aspectos, personalidades, pontos turísticos do Brasil, do Estado de Goiás e do Município de Palmeiras de Goiás.....	1
Noções de Hierarquia.....	94
Ecologia e Meio Ambiente.....	96
Noções de cidadania, higiene e saúde.....	112
Normas de segurança do trabalho, do trânsito e uso de equipamentos de proteção individual.....	119
Atualidades.....	128

LEGISLAÇÃO

Estatuto dos Servidores Públicos.....	1
Lei Orgânica Municipal.....	35
Constituição Federal de 1988 (artigos 1º ao 6º).....	75
Exercícios.....	84
Gabarito.....	86

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Relações públicas e humanas.....	1
Legislação de Trânsito: Código Nacional de Trânsito Brasileiro, Normas Gerais de Circulação e Conduta; Do Cidadão, Da educação para o trânsito, Da sinalização de trânsito, Das infrações e Dos crimes de Trânsito.....	9
Direção Defensiva.....	99
Inspeção e cuidados com os automóveis.....	107
Noções básicas de mecânica.....	108
Conhecimentos operacionais de eletricidade dos automóveis.....	134
Operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos.....	136
Normas de segurança do trabalho e do trânsito e uso de equipamentos de proteção individual.....	138
Noções de primeiros socorros e transporte de pessoas acidentadas.....	142
Atribuições do cargo.....	153
Exercícios.....	154
Gabarito.....	160

SUMÁRIO



Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do tex



SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

O sistema de numeração que normalmente utilizamos é o sistema de numeração decimal.

Os símbolos matemáticos utilizados para representar um número no sistema decimal são chamados de algarismos: 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, ou algarismos indo-arábico (utilizados pelos hindus e árabes) que são utilizados para contagem.

Leitura dos números decimais

Cada algarismo, da parte inteira ou decimal, ocupa uma posição ou ordem com as seguintes denominações:

Centenas	Dezenas	Unidades	Décimos	Centésimos	Milésimos	Décimos de milésimos	Centésimos de milésimos	Milionésimos
Partes inteiras			Partes decimais					

Lemos a parte inteira, seguida da parte decimal, acompanhada das palavras:

Décimos: quando houver uma casa decimal;

Centésimos: quando houver duas casas decimais;

Milésimos: quando houver três casas decimais;

Décimos de milésimos: quando houver quatro casas decimais;

Centésimos de milésimos: quando houver cinco casas decimais e, assim sucessivamente.

Números com parte inteira

Podemos ler os seguintes algarismos abaixo com maior facilidade.

Classes	Milhões			Milhares			Unidades Simples		
	c	d	u	c	d	u	c	d	u
						2	7	5	6
		5	7	7	2	1	0	5	7
	3	7	6	1	0	3	0	3	5

2.756 → Dois mil setecentos e cinquenta e seis.

57.721.057 → Cinquenta e sete milhões, setecentos e vinte e um mil e cinquenta e sete.

376.103.035 → Trezentos e setenta e seis milhões, cento e três mil e trinta e cinco.



BRASIL COLÔNIA

Brasil: Primeiros Tempos

Entre 1500 e 1530, além de enviarem algumas expedições de reconhecimento do litoral (**guarda-costas**), os portugueses estabeleceram algumas feitorias no litoral do Brasil, onde adquiram pau-brasil dos indígenas em troca de mercadorias como espelhos, facas, tesouras e agulhas¹.

Tratava-se, portanto, de uma troca muito simples: o **escambo**, isto é, troca direta de mercadorias, envolvendo portugueses e indígenas. Os indígenas davam muito valor às mercadorias oferecidas pelos portugueses, a exemplo de tesouras ou facas, que eram rapidamente aproveitadas em seus trabalhos.

Mas, em termos de valor de mercado, o escambo era mais vantajoso para os portugueses, pois ofereciam mercadorias baratas, enquanto o pau-brasil alcançava excelente preço na Europa. Além disso, os indígenas faziam todo o trabalho de abater as árvores, arrumar os troncos e carregá-los até as feitorias. Não por acaso, os portugueses incluíam machados de ferro entre as ofertas, pois facilitavam imensamente a derrubada das árvores.

A exploração do pau-brasil, madeira valiosa para o fabrico de tintura vermelha para tecidos, foi reservada como monopólio exclusivo do rei, sendo, portanto, um produto sob regime de **estanco**. Mas o rei arrendava esse privilégio a particulares, como o comerciante **Fernando de Noronha**, primeiro contratante desse negócio, em 1501.

Capitanias Hereditárias e o Governo Geral

No início do século XVI, cerca de 65% da renda do Estado português provinha do comércio ultramarino. O monarca português transformou-se em um autêntico empresário, agraciando nobres e mercadores com a concessão de monopólios de rotas comerciais e de terras na Ásia, na África e na América.

Apesar da rentabilidade do pau-brasil, nas primeiras décadas do século XVI a importância do litoral brasileiro para Portugal era sobretudo estratégica. A frota da Índia, que concentrava os negócios portugueses, contava com escalas no Brasil para reparos de navios de reabastecimento de alimentos e água. A presença crescente de navegadores franceses no litoral, também interessados no pau-brasil, foi vista pela Coroa portuguesa como uma ameaça.

Na prática, disputavam o território com os portugueses, ignorando o **Tratado de Tordesilhas** (1494), pois julgavam um abuso esse acordo, fosse ele reconhecido ou não pelo papa. Tornou-se célebre a frase do rei francês Francisco I, dizendo desconhecer o “testamento de Adão” que dividia o mundo entre os dois reinos ibéricos.

Capitanias Hereditárias

Para preservar a segurança da rota oriental, os portugueses organizaram a colonização do Brasil. A solução adorada por D. João III, em 1532, foi o sistema de **capitanias hereditárias**, que já havia sido utilizado na colonização do arquipélago da Madeira.

O litoral foi dividido em capitanias, concedidas, em geral, a cavaleiros da pequena nobreza que se destacaram na expansão para a África e para a Índia. Em suas respectivas capitanias, os donatários ficavam incumbidos de representar o rei no que se referia à defesa militar do território, ao governo dos colonos, à aplicação da justiça e à arrecadação dos impostos, recebendo, em contrapartida, privilégios particulares.

Os direitos e deveres dos donatários eram fixados na **carta de doação**, complementada pelos **forais**. Em recompensa por arcar com os custos da colonização, os donatários recebiam vasta extensão de terras para sua própria exploração, incluindo o direito de transmitir os benefícios e o cargo a seus herdeiros.

Além disso, eram autorizados a receber parte dos impostos devidos ao rei, em especial 10% de todas as rendas arrecadadas na capitania e 5% dos lucros derivados da exploração do pau-brasil.

¹ História. Ensino Médio. Ronaldo Vainfas [et al.] 3ª edição. São Paulo. Saraiva.

**(Lei Municipal n. 737/2007)**

“Dispõe sobre reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Palmeiras de Goiás e dá outras providências.”

Faço saber que a Câmara Municipal de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, APROVA e eu Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO ÚNICO****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do município de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público criado por lei.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

§ 1º Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

§ 2º Os cargos de provimento efetivo serão agrupados em quadros e sua criação obedecerá a Planos de Classificação, estabelecidos em leis, de modo a assegurar a plena mobilidade e progresso funcionais na carreira de servidor público.

§ 3º A análise e a descrição de cada cargo serão especificadas na respectiva lei de criação ou transformação.

§ 4º Da análise e descrição de cargos de que trata o parágrafo anterior constarão, dentre outros, os seguintes elementos: denominação, atribuições, responsabilidades, condições para provimento, habilitação e requisitos qualificativos.

Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

TÍTULO II**DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO:****CAPÍTULO I****DO PROVIMENTO****SEÇÃO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;



Conhecimentos Específicos

As relações públicas¹ têm a sua origem nos Estados Unidos com Ivy Lee, e podem ser definidas como “o esforço deliberado, planejado e contínuo para estabelecer e manter o entendimento mútuo entre uma organização e os seus públicos”

Herbert e Peter Lloyd, em “Effective Public Relations” mencionam uma definição mais ampla de Rex F. Harlow. Veja a seguir:

“As relações públicas são uma função da administração distinta, que ajuda a estabelecer e manter linhas mútuas de comunicação, entendimento, aceitação e cooperação entre a organização e os seus públicos; envolve a gestão de problemas ou temas importantes; ajuda a administração a manter-se informada sobre a opinião pública e pronta a responder perante ela; define e sublinha a responsabilidade da administração em servir o interesse do público; ajuda a administração a ficar a par da mudança e a usá-la, serve como um mecanismo de aviso prévio para antecipar modas; usa a pesquisa e uma comunicação racional, sã e ética como ferramentas principais”.

No mesmo livro, a definição de Relações Públicas é a seguinte: “As relações públicas são a função da administração que identifica, estabelece e mantém relações que beneficiem mutuamente a organização e os vários públicos dos quais depende o seu sucesso ou fracasso”.

Assim, as Relações Públicas retomam a ideia original de Ivy Lee e exercem a função de ponte, canal de comunicação, expressão e relacionamento entre as partes.

O conceito “Relações Públicas é a atividade e o esforço deliberado, planejado e contínuo para estabelecer e manter a compreensão mútua entre uma instituição pública ou privada e os grupos de pessoas a que esteja, direta ou indiretamente, ligada”, foi proposto pela Associação Brasileira de Relações Públicas, em 1955.

Trata-se de uma área que dentro e fora da organização, detém a responsabilidade de interligar a empresa à realidade, sócio-político-econômica em que a mesma atua².

Deve ser compreendida como uma ciência social aplicada que exerce função política e pode ser caracterizada como área limite e multidisciplinar dentro das empresas, no que se refere às estratégias que emprega para implementar os seus programas e para administrar o processo de comunicação institucional.

A sociedade atual é marcada pelos meios de comunicação social e a velocidade cada vez maior das comunicações. Hoje fala-se na sociedade de informação ou na sociedade em rede.

Defende-se o acesso à informação e ao conhecimento do modo mais rápido e eficiente possível. Isto não se verifica só entre os membros da sociedade, mas entre as diferentes sociedades dos nossos dias, ou seja, entre países, regiões e cidadãos.

As organizações têm uma nova responsabilidade em informar os seus públicos. É com este clima que surgem as relações públicas como mecanismo de comunicação e gestão do relacionamento com os públicos.

Hoje em dia os públicos exigem mais informação e processos menos burocráticos.

Objetivos e Funções das Relações Públicas

As empresas são sempre passíveis de gerar consequências tanto positivas quanto negativas, no meio ambiente e no quadro onde atuam. Porém, os públicos envolvidos também podem, de forma organizada ou não, gerar consequências sobre a aceitação da marca institucional e dos produtos/serviços que a organização disponibiliza, inclusive com a possibilidade de sofrer consequências legais quando for o caso.

1 FIGUEIREDO, J. L. B. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS: DIFERENÇAS NUM MERCADO COMUM. UNIVERSIDADE DOS AÇORES Ponta Delgada 2013.

2 GRUNIG, J. e HUNT, T. Managing Public Relations, Holt. Rinehart e Winston, Nova Iorque. 1984.